

## **A influência dos fatores de textualidade na revisão de textos**

### **The influence of standards of textuality in proofreading<sup>1</sup>**

Natália Alves Camilo Damas<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

A tarefa do revisor de textos não se limita à correção gramatical. Considerar outros aspectos, como as condições de produção textual e os objetivos pretendidos pelo autor do texto, também faz parte do processo de revisão. Da mesma forma, é imprescindível para o revisor compreender a textualidade, que faz um texto ser o que é e não somente um emaranhado de palavras. O presente artigo, então, tem como objetivo abordar os fatores de textualidade descritos por Robert de Beaugrande e Wolfgang Dressler: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade. A fim de se obter os dados necessários para este artigo, foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros e sites confiáveis. Partindo dessa pesquisa, foi feita uma análise geral de cada um dos fatores de textualidade e, em seguida, optou-se por enfatizar os fatores semântico-formais e demonstrar, através de dois textos, como o revisor solucionaria eventuais problemas de coesão e coerência. Após essa análise, a abordagem foi direcionada ao revisor e à sua área de atuação.

Palavras-chave: Texto. Textualidade. Fatores de textualidade. Revisor de textos.

#### **ABSTRACT**

The task of a proofreader is not limited to grammatical correctness. Considering other aspects, such as the text production conditions and the author's objectives, is part of the proofreading process. It is imperative for the proofreader to understand the textuality —what makes a text be as it is and not just a mix of words. The present article, thus, aims to address briefly the standards of textuality described by Robert de Beaugrande and Wolfgang Dressler: cohesion, coherence, intentionality, acceptability, situationality, informativity and intertextuality. In order to obtain the required data for this article, bibliographic researches were made in books and trustworthy sites related to the topic. Based on this research, a general analysis of each of the standards of textuality was made and then the author decided to emphasize the semantic-formal factors and demonstrate, based on two texts, how the proofreader could solve any problems of cohesion and coherence. After this analysis, the approach was directed to the proofreader and its area of operation.

Keywords: Text. Textuality. Standards of textuality. Proofreader.

---

<sup>1</sup> Artigo resultante do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Revisão de Textos apresentado à PUC Minas Virtual (Diretoria de Ensino a Distância da PUC Minas), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Revisão de Textos, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros.

<sup>2</sup> Graduada em Letras e Literaturas de Língua Portuguesa (2010), pela Universidade Estácio de Sá, com ênfase em Revisão de Textos (2016), pela PUC Minas. E-mail: natydamas@gmail.com.

## **1 INTRODUÇÃO**

O grande desafio do revisor, até por ser inerente à sua função, é adequar um texto à linguagem apropriada para que o conteúdo deste seja compreendido. No entanto, no decorrer de sua atividade, esse profissional pode se deparar com situações que não são resolvidas tão facilmente. Dessa forma, é necessário que ele se atenha a vários aspectos para poder tomar a melhor decisão, seja para realizar qualquer alteração ou para justificar o fato de não fazê-la.

Alguns dos aspectos que devem ser observados são os fatores ou padrões de textualidade: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade. Beaugrande & Dressler (1981) definem esses critérios como responsáveis por garantir a textualidade de um escrito, ou seja, são os aspectos que fazem do texto efetivamente um texto.

O presente artigo visa apresentar de forma breve cada um desses fatores, justificando a importância deles para o trabalho do revisor de textos, em especial a coesão e a coerência.

Primeiramente, a fim de elucidar o objeto do trabalho do revisor, será feita uma apresentação geral do que seria texto, o que dará a base para a seção seguinte, na qual será abordada, de forma breve, a textualidade. Essa segunda seção, por sua vez, servirá como uma introdução para a posterior, que trata dos fatores de textualidade.

Por fim, será dado foco ao revisor de textos, expondo os seus limites de atuação, bem como alguns aspectos que fazem parte da profissão. A abordagem segue dando destaque aos fatores semântico-formais, e, a partir da análise de textos originais e revisados, poderá ser verificada a atuação do revisor.

## **2 TEXTO**

Ater-se ao conceito de texto é fundamental para, posteriormente, ser possível assimilar a noção de textualidade, bem como os fatores de textualidade definidos por Beaugrande & Dressler (1981). Na busca por uma definição, pode-se dizer que o texto não é pura e simplesmente um somatório de frases e palavras. Segundo Travaglia, é

uma unidade linguística concreta (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor), em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente da sua extensão. (TRAVAGLIA, 2008, p. 67)

Partindo desse conceito, diz-se, então, que todo texto é uma enunciação, isto é, uma manifestação expressa, com ou sem palavras.

### **3 TEXTUALIDADE**

De acordo com Halliday & Hasan (1976 apud GUIMARÃES, 2009), textualidade é como uma rede de relações que fazem com que um texto seja efetivamente um texto, e não apenas um somatório de frases.

Abreu (1996 apud FERNANDES, 1999, p. 53) afirma que “um texto não é uma unidade construída por uma soma de sentenças, mas pelo encadeamento semântico delas, criando, assim, uma trama semântica a que damos o nome de textualidade”.

E qual a relação entre o revisor de textos e a textualidade? A fim de explicar essa correspondência, é possível estabelecer a seguinte analogia: a textualidade depende do revisor assim como um passageiro depende de um motorista de ônibus — para que o ônibus ande e chegue ao seu destino, o motorista precisa dirigir o veículo, isto é, precisa exercer sua função.

Metaforicamente falando, pode-se dizer que o ônibus é como o texto, ou seja, só atingirá o seu objetivo de conduzir (no caso do texto, enunciar), se houver passageiros (textualidade/tessitura) e um motorista (produtor e, posteriormente, revisor). Claro que, nesse caso, a analogia feita é bem superficial, mas, a partir dela, é possível se ter uma ideia da relação entre a textualidade e o profissional de revisão: o revisor (após o próprio produtor do texto, obviamente) é o responsável por garantir que as ideias do texto estejam “amarradas”, isto é, tenham significado. Através do exercício de sua função, o revisor atua para que o texto se constitua coeso e coerente, com a intenção de atingir o objetivo pretendido pelo emissor.

Dito isso, é evidente que o revisor deve considerar a importância desse conjunto de relações que definem a textualidade, a fim de que suas alterações sejam coerentes.

### **4 FATORES DE TEXTUALIDADE**

Segundo Beaugrande & Dressler (1981), os fatores ou padrões de textualidade são os responsáveis pela efetividade de todo texto, seja ele qual for. Esses fatores são elementos constitutivos da comunicação textual, ou seja, que a definem e a criam. Dessa forma, se forem, porventura, desafiados, haverá falha na função comunicativa do texto.

Os autores afirmam ainda que existem três princípios reguladores da comunicação textual: a eficiência, a efetividade e a adequação.

[...] a eficiência do texto depende de seu uso em comunicar com o mínimo de esforço por parte dos participantes; a efetividade do texto depende de ele conseguir deixar uma forte impressão e de criar condições favoráveis de forma a atingir o objetivo desejado; a adequação de um texto diz respeito à concordância entre o contexto e as formas por meio das quais os padrões de textualidade são sustentados. (BEAUGRANDE & DRESSLER, 1981, apud SIGNORINI, 2008, p. 28)

Assim, para um texto ser considerado eficiente, ele deve atingir seu objetivo de comunicar, de maneira que os interlocutores façam o menor esforço possível para isso. É a partir de um discurso conciso (menor esforço do produtor) e coeso que o receptor vai ser capaz de compreender o texto sem que, para isso, sejam necessárias inúmeras inferências ou análises (menor esforço do receptor).

A efetividade de um texto está relacionada à capacidade de o emissor conseguir produzir um enunciado que impressione o outro, de maneira a atingir o objetivo desejado.

Por fim, há a adequação, que nada mais é do que a pertinência do discurso em relação ao contexto em que ele está inserido. Reforça-se aqui a grande influência do contexto para que um texto atinja sua intenção comunicativa. Sobre esse aspecto, é possível afirmar que “um enunciado só se torna inteligível quando colocado dentro de seu contexto de situação” (MALINOWSKY, 1923 in KOCH, 2003, p. 21).

Fez-se necessário uma explicação pontual sobre esses três princípios reguladores, pois eles funcionam integralmente com os sete fatores de textualidade, que, segundo Beaugrande & Dressler, podem ser divididos em fatores semântico-formais e em fatores pragmáticos.

#### **4.1 Fatores semântico-formais**

Esses fatores são assim chamados, pois englobam dois aspectos fundamentais que garantem que um texto seja bem compreendido: o semântico e o formal. O semântico se relaciona à coerência, enquanto que o formal está ligado à coesão.

##### *4.1.1 Coesão*

A coesão textual se refere ao modo como os elementos linguísticos de um texto estão interligados, através de recursos gramaticais e lexicais. Essa ligação se dá dentro de uma sequência, ou seja, se manifesta microtextualmente.

Halliday & Hasan explicam a coesão textual como “um conceito semântico que se refere às relações de sentido existentes no interior do texto e que o definem como um texto” (1976 apud GUIMARÃES, 2009, p. 148). Segundo eles, a coesão se dá quando a interpretação de algum elemento no texto é dependente da de outro.

A coesão pode se manifestar por meio de mecanismos denominados coesivos, como os pronomes, os artigos, as conjunções, as preposições, a correlação entre os tempos verbais e as conjugações, entre outros elementos responsáveis pelo encadeamento e pela estruturação dos enunciados na linearidade textual. No entanto, a coesão não existe por si só, e “uma comunicação eficiente depende da interação entre este e os outros fatores de textualidade” (COSTA VAL, 2000, p. 38).

Para exemplificar alguns desses elementos coesivos, segue uma tirinha do personagem Hagar, de Dik Browne.

**Figura 1 – Hagar, o horrível, de Dik Browne**



Fonte: site Tiras HQ.

Na primeira fala, é possível identificar a coesão por conjunção a partir do uso da conjunção coordenativa adversativa “mas”, em “mas não era feliz”, expressando uma ideia oposta ao apresentado na oração coordenada anterior (“Eu era rico”).

Na oração seguinte, há a repetição do adjetivo “feliz”. Isso, no entanto, não se configura como empobrecimento do enunciado – consequência comum do uso de elementos repetidos em um texto –, mas como reiteração, que produz a ênfase de um termo. A utilização desse recurso como elemento coesivo é considerada coesão lexical.

Hagar, então, diz “Como conseguiu isso?”. Nessa oração, o pronome demonstrativo “isso” retoma a última fala do outro personagem, em um processo que se caracteriza como coesão por referência, ou seja, foi utilizado um único termo que retomou o que havia sido

dito anteriormente (anáfora). É possível ir mais além na classificação, definindo esse processo coesivo como coesão por referência endofórica, pois se relaciona a elementos presentes no próprio texto (no caso, a fala anterior). Esse recurso é utilizado com frequência em textos verbais e contribui para que não haja repetição. Com essa fala, é como se Hagar tivesse dito “Como conseguiu se tornar feliz?”, o que não seria muito apropriado para esse tipo de texto, que se caracteriza justamente pela concisão.

Nessa mesma fala, é possível identificar, ainda, outro tipo de coesão: por elipse. Por estar se dirigindo diretamente ao outro personagem, o pronome “você” é dispensável, pois sua ausência não compromete a construção de sentido do texto. Diante de “Como conseguiu isso?”, o leitor claramente compreende que há um “você” subentendido. Deve-se enfatizar, no entanto, que isso só é possível por causa do contexto comunicativo (a imagem, as falas...), caso contrário, diante da frase solta, ou seja, fora desse contexto, seria possível, por exemplo, subentender o pronome “ele”.

Após a outra fala do personagem, Hagar faz novamente uma pergunta: “Como fez isso?”. Aqui se repetem as características da análise da fala anterior do personagem, ou seja, a coesão por elipse, com a omissão do pronome de tratamento “você”, e a coesão por referência, com a utilização do pronome demonstrativo “isso” para retomar a frase anterior, que, no caso, é “Eu me livrei de todo o meu dinheiro”.

A última fala do texto (“Torrei-o com vinhos e mulheres.”) é a que confere graça à tirinha. Nela é possível identificar dois tipos de coesão. A ausência do pronome “eu” no início da frase é considerada coesão por elipse, visto que ele está subentendido e sua ausência não prejudica o entendimento da frase. A utilização do pronome pessoal oblíquo “o”, em “torrei-o”, denota coesão referencial endofórica (anáfora), pois está retomando “todo o meu dinheiro” da fala anterior.

Como foi possível perceber, a coesão é um elemento de grande importância para uma boa escrita/fala e a compreensão do receptor, de forma a favorecer o processo de interação comunicativa, papel fundamental do texto.

#### *4.1.2 Coerência*

De acordo com Ingedore Koch (2016, p. 45), a coerência “diz respeito ao modo como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se encontram interligados

entre si, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências veiculadoras de sentido”. Por isso, é um princípio considerado o fator fundamental da textualidade.

Costa Val (1999, p. 5) explica que a coerência “envolve não só aspectos lógicos e semânticos, mas também cognitivos, na medida em que depende do partilhar de conhecimento entre os interlocutores”. Assim, ela se manifesta macrotextualmente, caracterizando-se como nível de conexão conceitual e estruturação dos sentidos.

Guimarães (2009, p. 17) reforça esse pensamento ao afirmar que “um texto não tem sentido por si mesmo, mas graças à interação que se estabelece entre o conhecimento apresentado no texto e o conhecimento de mundo armazenado na memória do interlocutor”.

Para ilustrar alguns dos aspectos referentes à coerência, segue um trecho da música *Xanéu nº 5*, d’O Teatro Mágico, que aborda, de maneira crítica, a questão da influência da televisão na vida das pessoas.

A minha TV não se conteve, atrevida,  
passou a ter vida olhando pra mim.  
Assistindo a todos os meus segredos,  
minhas parcerias, dúvidas, medos.  
Minha TV não obedece.  
Não quer mais passar novela, sonha um dia  
em ser janela, não quer mais ficar no ar.  
Não quer papo com a antena nem saber se  
vale a pena ver de novo tudo que já vi.  
[...]  
O valor é temporário, o amor imaginário  
e a festa é um perjúrio.  
O minuto de silêncio é o minuto reservado de murmúrio,  
de anestesia.  
O sistema é nervoso e te acalma  
com a programação do dia,  
[...]  
Num passado remoto perdi meu controle.  
[...]  
Era a vida em preto e branco.  
Quase nunca colorida, reprisando coisas que não fiz...  
Finalmente se acabando feito longa, feito curta,  
que termina com final feliz  
[...] (ANITELLI, 2008)

Nesse trecho, se forem levados em conta, literalmente, os trechos “O minuto de silêncio é o minuto reservado de murmúrio”, “O sistema é nervoso e te acalma/ com a programação do dia” e “reprisando coisas que não fiz...”, é possível notar que apresentam informações um tanto contraditórias, cujas significações não se completam, de maneira que, se há um minuto de silêncio, ele não poderia ser ao mesmo tempo um minuto de murmúrio;

se há um sistema e ele é nervoso, como seria capaz de acalmar alguém? E, ainda, não se pode reprisar algo que não foi feito, pois só há reprises de fatos realmente ocorridos.

Dessa forma, uma análise literal desses fragmentos até poderia classificá-los como falhos no que diz respeito à coerência. Porém, levando-se em conta a noção de sentido que a música expressa em sua totalidade e a crítica existente em seu discurso, reforça-se o princípio de interpretabilidade (KOCH, 2006), que é o que confere o sentido à canção. Tal princípio permeia a questão da coerência e está intimamente ligado às percepções do receptor através de inferências e também do contexto de situação.

Portanto, o caráter interpretativo nessa música é o que se mostra como principal recurso para seu entendimento, o que permite classificá-la, através de inferências e de criticidade, como sendo coerente, pois há uma relação lógica entre as ideias, que se complementam e conferem sentido ao texto.

Ao retomar as noções de coesão e coerência, verifica-se que elas “têm em comum a característica de promover a inter-relação semântica entre os elementos do discurso. A coerência diz respeito ao nexos entre os conceitos, e a coesão, à expressão desse nexos no plano linguístico” (COSTA VAL, 1999, p. 7). Assim, pode-se afirmar que o nexos é indispensável para que uma sequência de frases possa ser reconhecida como texto.

## **4.2 Fatores pragmáticos**

Associado aos aspectos semântico e formal, há o pragmático, que se relaciona à atuação informacional e comunicativa do texto.

### *4.2.1 Intencionalidade*

O primeiro fator pragmático a ser mencionado é a intencionalidade, que revela o esforço feito pelo produtor do texto para estabelecer um discurso coerente e coeso capaz de cumprir o seu objetivo comunicativo em função do receptor.

A intencionalidade está relacionada ao objetivo do produtor em uma determinada situação comunicativa e depende da função linguística que ele pretende manifestar (informar, pedir, convencer etc.). Sendo assim, esse fator vai orientar toda a produção textual, e esta, por sua vez, deve ser compatível com as intenções comunicativas de quem o produz. Segundo Koch e Travaglia,

o produtor de um texto tem, necessariamente, determinados objetivos ou propósitos, que vão desde a simples intenção de estabelecer ou manter o contato com o receptor até a de levá-lo a partilhar de suas opiniões ou a agir ou comportar-se de determinada maneira. (KOCH; TRAVAGLIA, 2015, p. 97)

Assim, é possível dizer que a intencionalidade está presente em todos os eventos comunicativos, pois toda comunicação, seja ela oral ou escrita, carrega em si uma intenção do falante para com o ouvinte.

#### 4.2.2 Aceitabilidade

De acordo com Koch e Travaglia (2015, p. 98), “a *aceitabilidade* constitui a contraparte da intencionalidade”. É própria do receptor da mensagem, que vai verificar a coesão e a coerência do texto, analisando se este é relevante e útil e se é necessário certo grau de tolerância em relação ao que está sendo transmitido pelo produtor. Portanto, a aceitabilidade não se refere a quem produz o texto, mas a quem o recebe.

Desse modo, o receptor vai tentar, ao máximo, atribuir um sentido ao texto, mesmo que, a princípio, este pareça incoerente. É o que Charolles (1978 apud COSTA VAL, 1999, p. 12) chama de “crédito de coerência”: o receptor supõe que o discurso do produtor seja coerente e “se empenha em captar essa coerência, recobrando lacunas, fazendo deduções, enfim, colocando a serviço da compreensão do texto todo conhecimento de que ele dispõe” (COSTA VAL, 1999, p. 12).

Aqui pode ser mencionado o conceito de implicatura conversacional proposto por Grice (1982), em que “o receptor prefere supor que a infração aos princípios conversacionais seja intencional e tenha alguma significação do que simplesmente aceitar que seu interlocutor possa produzir um discurso impertinente e sem sentido” (SANTOS, 2012, p. 43).

Dessa forma, ainda de acordo com Costa Val (1999), há comunicação quando se estabelece uma cooperação entre os interlocutores, de modo que certas falhas do produtor — ainda que propositais, como no caso de algumas piadas — passam a ser consideradas significativas ou são toleradas pelo receptor. O produtor reconhece essa tolerância e conta com ela para que o seu texto seja compreendido; da mesma forma, ele conta com a capacidade de pressuposição e inferência do receptor.

#### *4.2.3 Situacionalidade*

O próximo fator de textualidade a ser mencionado é a situacionalidade, que diz respeito à adequação do texto a uma situação comunicativa, ou seja, ao contexto. O contexto sociocomunicativo é de extrema importância para a construção da textualidade de um enunciado, pois pode definir o sentido do discurso e orientar tanto a produção quanto a recepção do texto.

Costa Val (1999) cita como exemplo as inscrições concisas das placas de trânsito. De fato, em determinadas circunstâncias, “um texto menos coeso e aparentemente menos claro pode funcionar melhor, ser mais adequado do que outro de configuração mais completa” (COSTA VAL, 1999, p. 12). Um longo texto explicativo não estaria apropriado à situação específica em que as placas de trânsito são usadas, já que o tempo de leitura dos motoristas é comprometido pela atenção que devem dedicar ao trânsito. Assim, esse tipo de texto está perfeitamente adequado à situação sociocomunicativa.

#### *4.2.4 Informatividade*

Existe, ainda, o fator textual da informatividade, que está relacionado à suficiência de dados no texto e à previsibilidade nos planos conceitual e formal. Isso quer dizer que todo texto deve conter informações necessárias sobre o assunto que aborda para que seja compreendido com o sentido que o produtor pretende.

Conforme cita Costa Val (1999), para que haja interesse do receptor, o nível de informatividade do texto precisa ser regular, ou seja, nem tão previsível, nem tão inusitado. Assim, o ideal é que haja informações que o receptor consiga processar de forma rápida (que falam do que ele já conhece) e outras que demandam certo esforço (que apresentam a novidade, o que o receptor não conhece). De acordo com a autora,

não é possível nem desejável que o discurso explicita todas as informações necessárias ao seu processamento, mas é preciso que ele deixe inequívocos todos os dados necessários à sua compreensão aos quais o receptor não conseguirá chegar sozinho. (COSTA VAL, 1999, p. 14-5)

#### 4.2.5 Intertextualidade

Por fim, há o fator denominado intertextualidade, que mostra a interdependência dos textos entre si, tendo em vista que um texto só faz sentido quando é entendido em relação a outro, ou seja, ele se constrói em cima do “já-dito”. A intertextualidade é um “processo de incorporação de um texto em outro, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo” (GUIMARÃES, 2009, p. 134).

Feita uma breve análise de cada um dos fatores de textualidade propostos por Beaugrande & Dressler, será abordada a função do revisor e, em seguida, sua atuação diante dos fatores de textualidade, com destaque para os semântico-formais (coesão e coerência), por meio de exemplos e análises.

## 5 O REVISOR DE TEXTOS

O revisor de textos é mais que um corretor da gramática. Ele analisa e aperfeiçoa o texto, sem interferir no estilo do autor. Em uma comparação por extensão de sentido, pode-se dizer que esse profissional precisa ter “olhos de águia”, ou seja, visão e senso de percepção apurados para encontrar erros, corrigi-los e deixar o texto coerente e coeso, garantindo a clareza das ideias ali expressas. Monteiro Lobato escreveu, com humor, sobre a profissão:

A luta contra o erro tipográfico tem algo de homérico. Durante a revisão, os erros se escondem, fazem-se positivamente invisíveis. Mas, assim que o texto é publicado, tornam-se visibilíssimos, verdadeiros sacis a nos botar a língua em todas as páginas. (LOBATO in FREITAS, ago. 2010)

Hoje, com as tecnologias digitais, muitos confiam o trabalho do revisor de textos a corretores ortográficos. Tais ferramentas, no entanto, servem apenas para a correção gramatical; não há a articulação do texto, tampouco o enriquecimento vocabular contributivo do revisor. Os corretores não suprem a falta dos apontamentos de quem trabalha com o texto.

Com maior visibilidade em redações jornalísticas e editoras, o revisor também exerce sua função em textos de cardápios, *flyers*, manuais e trabalhos acadêmicos, além de terem espaço em algumas agências publicitárias. Para tanto, o profissional precisa, além do conhecimento das regras de ortografia e gramática, ser um bom leitor, já que sua especialidade não é em um determinado tipo de texto, mas na língua e em direcionar a linguagem ao público a que compete aquele texto.

Em *Além da Revisão*, Aristides Coelho Neto fala sobre as atribuições do revisor:

- Revisar os originais [...] aprovados para edição por: editoras, gráficas, agências de publicidade, autores, mestrandos, doutorandos, preparadores de originais de quaisquer instituições etc.
- Revisar, se tiver experiência, traduções, cotejando-as com os originais (necessita de um auxiliar, em tais casos).
- Revisar textos a serem disponibilizados na internet.
- Revisar livros já publicados, objetivando uma edição revista (e/ou ampliada).
- Proceder a quantas revisões forem acordadas com o cliente. (COELHO NETO, 2008, p. 62)

Embora haja competências determinadas para um revisor, isso varia de acordo com o local de trabalho, pois não existe unanimidade quanto à função desse profissional. Este, muitas vezes, é confundido com um preparador de originais, um copidesque ou, ainda, um revisor técnico. Entretanto, em certas editoras ou até mesmo em um trabalho freelance, um revisor de textos acaba realmente exercendo essas outras funções.

No Houaiss (2009), encontram-se as seguintes definições para copidesque:

1 revisão de texto a ser publicado, tendo em vista a correção ortográfica e gramatical, a clareza, a adequação às normas editoriais, os cortes para se obter a extensão devida etc.; copy

[...]

3 Derivação: por extensão de sentido.

profissional com essa especialidade; copy editor. (HOUAISS, 2009)

Diz-se, então, que o copidesque tem a função de fazer uma limpeza inicial no texto, de maneira a encontrar falhas gramaticais e ortográficas. Sobre essa função, Coelho Neto (2008, p. 139) cita que “o profissional propõe, reescreve, revisita o original, com a finalidade precípua de ‘relaxar’ o texto”. Diante dessa afirmação, é possível perceber que a ele é conferida certa liberdade para mexer no texto. O autor afirma ainda que “se um texto é mal redigido, com repetições injustificáveis, mal paragrafado, contendo ideias desconexas, primando pela falta de coesão e coerência textual etc., ele deve ser copidescado” (COELHO NETO, 2008, p. 139).

Existe também a função de preparador de originais, que o Houaiss (2009) define como “profissional que padroniza originais com vistas à sua publicação”. De maneira geral, a função do preparador pode ser considerada a mesma do copidesque, já que ambos têm a incumbência de melhorar os textos para publicação. É possível incluir no trabalho do preparador o cotejo com o original no caso de obras traduzidas, que consiste em verificar

frase a frase se há erros, saltos em relação ao original, inconsistências de tradução, entre outros desvios.

Por fim, há o revisor de textos, que é definido pelo Houaiss (2009) como “indivíduo que executa trabalho de revisão de originais ou de provas tipográficas”. Esse profissional tem o trabalho muito mais limitado que o do copidesque e atua ao final do processo editorial para verificar se passou algum pastel<sup>3</sup>, para conferir o índice, a capa e as quebras de texto etc., ou seja, tudo o que se refere ao material já diagramado.

Apresentadas breves definições sobre cada uma das funções relacionadas ao trabalho de revisão de textos, torna-se necessário fazer um esclarecimento. Embora uma função interfira na outra e, muitas vezes, como já mencionado, dependendo do local de atuação, não fique bem definida essa diferenciação, pode-se considerar que há aspectos distintivos que são idiossincráticos a cada função, no que tange à preparação de texto. Assim, será exposta aqui uma visão pessoal, partindo de uma breve vivência na profissão, no que diz respeito à atuação do revisor de textos.

Tendo em vista a complexidade muitas vezes encontrada em seu trabalho, o revisor precisa estar atento a diversos aspectos da língua. E, como dito, isso vai além da gramática.

Ao se deparar com um texto resultante de gravações de palestras e congressos, por exemplo, o profissional encontra um impasse: a dualidade entre língua oral e escrita. Diante de um texto que contém marcas de oralidade, o que deve fazer o revisor? Mantê-las ou adequá-las à norma culta? Ou, ainda, buscar um meio-termo?

Tudo vai depender do teor do texto, bem como do público a que ele se destina. No caso dos exemplos citados (palestras e congressos), presume-se que a transcrição do texto siga o padrão da norma culta. Já diante de uma entrevista a ser publicada em revista, por exemplo, o revisor deve se atentar ao tipo de publicação e suas características e ao público-alvo. Nesse gênero de texto, são basicamente esses os fatores que vão determinar os limites de atuação do revisor. Em resposta às perguntas do parágrafo anterior, no caso de entrevistas, pode-se dizer que o revisor deve seguir um meio-termo: nem formal demais, para que não seja perdida a espontaneidade da fala do entrevistado, nem informal demais, para que o texto não seja mal interpretado, dependendo de quem o leia.

Assim, é possível delimitar três parâmetros para nortear a revisão de um texto. Conforme cita Coelho Neto (2008), essas regras não são rígidas, funcionam apenas como um guia para que o revisor reconheça o que deve levar em conta no seu trabalho.

---

<sup>3</sup> De acordo com Coelho Neto (2008, p. 65), pastel “[...] é a inversão indevida de sinais, letras, sílabas, palavras, linhas ou trechos”.

Para o autor, em primeiro lugar, devem ser consideradas as regras maiores, como as da norma culta. Depois, o revisor deve seguir as regras do editor ou do cliente (quando se tratar de produção independente, inclusive trabalhos acadêmicos). E só em último lugar ele deve seguir suas regras pessoais para fazer determinada alteração.

Por experiência própria, muitos clientes que se julgam bons escritores se surpreendem com o número de alterações feitas por um revisor. Ser excelente em português não é suficiente para ser um bom profissional de revisão, é preciso ter certo *feeling*, além de um conhecimento enciclopédico e linguístico-discursivo bem acentuado. Diante de um texto, o revisor precisa contar com sua sensibilidade e percepção aguçadas para que todas as suas alterações sejam devidas e façam sentido.

Ao falar sobre os limites de atuação do revisor, o autor cita Luiz Roberto Malta:

[...] o bom senso e o profissionalismo exigem que o revisor/copidesque seja fiel ao conteúdo do original. Copidesque que reescreve de cabo a rabo um livro de autor brasileiro ou uma tradução está querendo se evidenciar, mostrar serviço. Este é um dos problemas do revisor; ele tem se de limitar à sua função. (MALTA, 2002, p. 17 in COELHO NETO, 2008, p. 108)

Com isso, pode-se afirmar que o revisor deve saber exatamente os seus limites. Nem de mais, nem de menos. Alterar um texto que está correto apenas porque “está feito” não é uma atitude prudente. O que ele pode fazer nesse caso é apresentar sugestões ao autor, a fim de contribuir para a fluidez do texto. E apenas isso. A palavra final ficará a cargo do autor do texto ou do editor.

O reconhecimento desses limites também é de extrema importância para evitar que o revisor faça alterações desnecessárias e possa, porventura, gerar um erro ou, por desviar o foco da sua atenção, acabar deixando passar uma falha inaceitável no texto, capaz de causar grande transtorno.

Ainda assim é preciso levar em consideração que o revisor também é passível de erro. Os parâmetros servem apenas como uma forma de assegurar ao profissional a tomada de decisão correta diante de uma situação-problema no texto. Até porque, como afirma Coelho Neto, o revisor frequentemente leva a culpa por qualquer erro que aparece em uma publicação:

No que diz respeito a erros encontrados numa publicação, estes quase sempre são imputados ao revisor, sejam de ortografia, de pontuação, sejam de discrepância com o original, de supressão de partes, e muitas vezes até de diagramação. (COELHO NETO, 2008, p. 64)

Esse fato, associado ao desconhecimento de muitas pessoas em relação à profissão (“revisar é fácil, é só ler”) e à presunção de outras tantas quanto ao saber escrever (“mas isso até eu sei fazer”), coloca o profissional, muitas vezes, em uma posição desconfortável. Assim, tendo em vista todos os aspectos mencionados, fica o revisor diante de situações que, muitas vezes, representam problemas e que devem ser analisadas de forma a se obter o melhor resultado.

Retomando os sete fatores de textualidade, é possível traçar uma lista geral de pontos a serem observados pelo revisor, a fim de que seu trabalho seja bem executado.

Dessa forma, visando a um texto coerente (coerência) e coeso (coesão), o revisor deve, antes de realizar qualquer alteração, considerar o objetivo do autor (intencionalidade), para que ele não se perca até chegar ao receptor, e se colocar no lugar do leitor para verificar se o discurso é aceitável ou não (aceitabilidade). Suas alterações também devem ser norteadas pelo contexto, seja ele histórico, político ou cultural (situacionalidade), pois são esses aspectos que podem indicar se certa palavra ou expressão será alterada ou mantida.

Deve ser verificada, também, a questão da suficiência de informações e da redundância (informatividade). Apesar de este ser um aspecto mais relacionado ao produtor do texto, o revisor deve se atentar e verificar se as informações contidas no enunciado são suficientes para que este seja considerado coerente. Caso contrário, o autor deve ser comunicado.

Por fim, retomando a intertextualidade de forma um tanto superficial, o revisor deve estar atento às citações feitas, para que sejam referenciadas de acordo com a norma, seja da editora ou de outra instituição, a fim de que haja um padrão em todo o texto.

Feita essa breve análise sobre o revisor, será estabelecida na seção seguinte a relação entre os fatores de textualidade e a revisão de textos.

## **6 A RELAÇÃO ENTRE OS FATORES DE TEXTUALIDADE E A REVISÃO DE TEXTOS**

O revisor precisa estar atento aos fatores que conferem a textualidade a um texto, tendo em vista que são fundamentais para que este se constitua como tal. Como já dito, o profissional não se atém aos aspectos gramaticais de um texto, até porque isso poderia ser feito por qualquer pessoa com domínio da gramática.

Revisar é muito mais do que isso. Não é só o domínio de regras, é também saber perceber alguns aspectos textuais, como a obediência à estrutura frasal ou as repetições desnecessárias, além do domínio semântico. Possuir o conhecimento que vai além das questões de forma também é preciso. Porém, o principal da profissão é justamente a riqueza e a possibilidade de fazer pesquisas. É por meio dela que se consegue analisar a linguagem, percebendo-se se ela está adequada ao objetivo e à mensagem do autor, assim como por meio dela é possível verificar o seu sentido. (CAVALCANTE, 2011, p. 55).

Atento aos fatores de textualidade já mencionados, deve o revisor, munido de seu conhecimento e sua atenção aos detalhes, levar em consideração cada aspecto que possa ou deva estar presente nos textos com os quais tem contato.

### **6.1 O revisor e os fatores pragmáticos**

Neste tópico, serão apresentados exemplos relacionados aos fatores pragmáticos de textualidade que demonstram a atuação do revisor de texto, com exceção da aceitabilidade. Isso porque, por ser inerente ao receptor, ela depende da capacidade deste para atribuir sentido ao texto. No entanto, deve-se destacar que, ao observar se o texto está coeso, coerente e adequado, o revisor contribui para a aceitabilidade do receptor.

Conforme explicado na seção sobre situacionalidade, o produtor precisa estar atento ao contexto em que o texto se insere. Da mesma forma, o revisor deve proceder. Coelho Neto cita um exemplo que ilustra muito bem esse aspecto:

TEXTO: [...] mode prendê as polícia marvada.  
REVISÃO DESCUIDADA: [...] de modo a prender os policiais malvados.  
REVISÃO ATENTA: [...] mode prendê as puliça marvada. [...] (COELHO NETO, 2008, p. 69)

No caso, foi feita uma comparação entre duas revisões: uma que não considerou o contexto e outra que se atentou a esse fator e corrigiu o texto de forma a levar adiante o objetivo pretendido pelo produtor. (Observa-se aqui, então, que o revisor também deve levar em conta a intencionalidade do autor do texto.)

Coelho Neto justificou a segunda revisão dizendo que o texto imitava a oralidade regional e que havia outras ocorrências de “puliça” no original. No entanto, o primeiro revisor não prestou atenção nesse fato e alterou o texto adequando-o à norma culta. Isso, porém, fez com que se perdessem as características de um discurso oral, cuja reprodução era, claramente, a intenção do produtor. Assim, a modificação feita pelo primeiro revisor,

além de não estar de acordo com o contexto em que a produção se insere (oralidade, linguagem regional), acabou fazendo com que a intenção do produtor se perdesse.

Quanto à informatividade, o profissional não precisa, ao revisar um texto, preencher todas as lacunas deixadas pelo produtor (desde que, obviamente, estas não representem prejuízo de sentido). Basta ele manter o foco na correção gramatical, bem como nos aspectos semânticos, de maneira a tornar o texto aceitável e de fácil compreensão para o público a que se destina.

Da mesma forma que o revisor não deve preencher todos os espaços deixados pelo produtor, o excesso de informações também pode ser prejudicial para o texto. Conforme explicado anteriormente, deve haver um equilíbrio entre as informações dadas, para evitar redundância, e as informações novas, para que o texto não fique de difícil compreensão. Como exemplo, segue um texto revisado em um trabalho freelance.

ORIGINAL: A trilha Sonora do clássico Streets of Rage 2 está recebeu uma edição especial em vinil duplo pela Data Discs. O álbum inclui a trilha sonora em LP duplo, quatro músicas de demonstração [...]

REVISADO: A trilha sonora do clássico Streets of Rage 2 recebeu uma edição especial em vinil duplo pela Data Discs. O álbum inclui, ainda, quatro músicas de demonstração [...]

Como é possível notar, o texto original apresenta, além de outros desvios, informações repetidas: “a trilha sonora [...] recebeu uma edição especial em vinil duplo” e “o álbum inclui a trilha sonora em LP duplo”. Assim, o revisor optou por retirar a segunda ocorrência, de maneira a evitar a repetição de informações. É possível verificar, então, que o revisor atuou observando atentamente o grau de informatividade do texto.

Quanto à intertextualidade, é possível usar o seguinte exemplo criado:

Minha mãe vive dizendo que Fernando Pessoa é o maior dos poetas. Leitora dedicada, conhece de cor vários dos seus poemas. Sempre que ouço falar dele, vem à mente a voz de conselheira da minha mãe: “Tudo vale a pena, pois a alma não é pequena”. Esse é o verso que ela mais gosta de citar.

Diante do texto acima, o revisor deveria checar a citação. Apesar de ser o trecho de um famoso poema de Fernando Pessoa, o revisor não deve confiar puramente na sua memória; o ideal é pesquisar sempre. Assim, ele deveria se atentar à coerência do texto: a mãe conhece as obras de Fernando Pessoa, logo saberia citar vários de seus célebres versos de maneira correta. Então, para manter o sentido, o revisor precisaria alterar a citação feita

no texto para: “Tudo vale a pena se a alma não é pequena”. Aqui, a aplicação correta da intertextualidade é o fator que confere sentido ao texto.

Dessa forma, é possível notar a importância da observação dos fatores pragmáticos por parte do revisor para que ele realize seu trabalho de maneira eficiente e mantenha as características comunicativas do texto.

## **6.2 O revisor e os fatores semântico-formais**

Nesta seção, será feita uma análise de trechos de dois textos, antes e depois de passarem pela revisão, com foco na questão da coesão e da coerência.

A seguir, é possível visualizar o trecho de um texto antes de passar pela revisão.

Ela via a essência dos textos, gostava de cada um deles, mas não desejava-os naquela manhã. Desejava menos ainda aquela música de fundo. Apesar de repugnante, a música a fizera pensar. Que a literatura era infinitamente superior à música, isso era certo, mas naquela manhã esta era tão insuportável quanto aquela.

Nesse texto, a autora retrata a beleza da literatura e também a dificuldade que se tem, algumas vezes, de se concentrar em uma leitura e se dedicar exclusivamente a um texto sem interferência do ambiente.

A prévia leitura desse trecho mostra alguns desvios que comprometem a coesão e a coerência. A revisão deve, portanto, buscar corrigir tais aspectos a fim de conferir ao enunciado melhor estrutura semântica e formal.

Primeiramente, pode-se observar a utilização incorreta da ênclise com o pronome oblíquo átono “os”, ainda que esse desvio não cause problema de coesão e coerência. Devido ao fato de o verbo “desejar” estar precedido do advérbio de negação “não”, o pronome deveria estar antes do verbo, formando próclise: “os desejava”.

No segmento “Desejava menos ainda aquela música de fundo. Apesar de repugnante, a música a fizera pensar”, é possível notar uma quebra na linearidade do texto causada pelo ponto, que dá origem a outra oração, e a repetição do vocábulo “música”. A solução encontrada pelo revisor foi unir as duas orações, acrescentando o pronome relativo “que” para remeter à expressão “música de fundo” e, ao mesmo tempo, substituir a palavra “música” que viria depois. Assim, “apesar de repugnante” passou a ficar entre vírgulas, intercalando a oração “que a fizera pensar”, dando origem a uma oração na ordem inversa: “que, apesar de repugnante, a fizera pensar”.

A construção “a fizera” foi mantida mesmo havendo vírgula, pois faz parte da oração “que a fizera pensar”. Por haver uma oração intercalando esta, conforme visto no parágrafo anterior, a vírgula não interfere na questão do pronome. Há, ainda, o pronome relativo “que”, que atrai a preposição.

Como forma de evitar a repetição da locução adverbial de tempo “naquela manhã”, foi sugerida à autora a substituição da segunda ocorrência por “naquele momento”. O sentido estrito não é o mesmo, mas, no contexto, não gerou mudanças semânticas significativas.

O desvio que pode ser considerado aquele que mais comprometeu o trecho em questão foi a inversão dos pronomes demonstrativos “este” e “aquele”, aplicados em um recurso coesivo denominado anáfora, no qual um termo faz referência a outro usado anteriormente. Esse processo é bastante utilizado e é uma excelente forma de se evitar a repetição. O que vai determinar qual pronome vai se referir a determinado vocábulo é a aproximação deste em relação à nova oração, ou seja, o primeiro vocábulo mencionado será substituído pelo pronome “aquele”, e o último, por “este”.

O que configurou o uso dos pronomes como erro foi o contexto, o tema do texto em si, que exalta a literatura e põe a música em segundo plano. Assim, quando a autora diz “Que a literatura era infinitamente superior à música, isso era certo, mas naquela manhã esta era tão insuportável quanto aquela”, ela se expressa de forma contraditória. Isso porque, em um primeiro momento, ela afirma que a literatura é superior à música e, em seguida, diz que a música é tão insuportável quanto a literatura — qualificando a literatura como inferior à música ou, ao menos, colocando-a no mesmo patamar.

A solução encontrada pelo revisor, então, foi inverter a posição dos pronomes: “aquela” passou a se referir à “literatura” e “esta” retomou o vocábulo “música”. Dessa forma, foi possível manter a coerência, restabelecendo o sentido inicial da autora: “Que a literatura era infinitamente superior à música, isso era certo, mas naquela manhã aquela (a literatura) era tão insuportável quanto esta (a música)”.

Segue o texto após passar pela revisão, com a marcação das alterações realizadas.

Ela via a essência dos textos, gostava de cada um deles, mas não os desejava naquela manhã. Desejava menos ainda aquela música de fundo que, apesar de repugnante, a fizera pensar. Que a literatura era infinitamente superior à música, isso era certo, mas, naquele momento, aquela era tão insuportável quanto esta.

Como foi possível perceber, as correções feitas pelo revisor propiciaram alterações significativas no trecho acima. A que mais chamou atenção foi a última, em relação aos

pronomes, pois o uso equivocado destes acabou tornando o texto incoerente. Assim, enfatiza-se, mais uma vez, a importância do revisor em situações como essa e a necessidade de este profissional estar atento ao contexto do discurso.

Muitos enxergam o revisor apenas como um “corretor gramatical”. No caso do trecho mencionado no parágrafo anterior, por exemplo, se fosse obrigação do revisor se atentar somente à gramática, não haveria nada a ser feito em relação aos pronomes, visto que não há erro, propriamente dito, gramatical. O equívoco está no sentido do texto. Por isso, é preciso reforçar aqui a importância de um profissional que se atente a esses aspectos.

O próximo exemplo é uma reportagem retirada do site do G1, que trata de uma operação do Procon para verificar a irregularidade nos trens do Rio de Janeiro, que estão sob responsabilidade da SuperVia.

Figura 2 – Reportagem G1

30/09/2013 07h27 - Atualizado em 30/09/2013 07h27

## Procon faz vistoria para verificar irregularidades nos trens

Fiscais estão em algumas estações, entre elas, São Cristóvão.  
Mês passado, a SuperVia foi multada em um milhão e 900 mil reais.

Da TV Globo, no Rio Tweetar 20 Recomendar 4 [Comente agora](#)

Fiscais do Procon estão fazendo agora uma vistoria em algumas estações de trem da SuperVia, entre elas, São Cristóvão e Cascadura. Segundo ainda o Diretor de Fiscalização, Fábio Domingos, as quatro equipes estão fazendo a inspeção para verificar a circulação e possíveis atrasos das composições.

No mês passado, a SuperVia foi multada em um milhão e 900 mil reais após terem sido constatadas diversas irregularidades como acessibilidade a cadeirantes e não cadeirantes, portas abertas e janelas quebradas, entre outras.

Tudo foi constatado durante a Operação Via Crucis, quando os fiscais fizeram algumas viagens nos trens para listar os problemas enfrentados pelo consumidor.

Fonte: site G1.

Como pode ser observado na fonte, trata-se da transcrição de uma reportagem da TV Globo. Pode-se verificar que a matéria transcrita manteve a locução verbal no tempo presente utilizada na reportagem apresentada em televisão. Por esta ser um meio de comunicação dinâmico, que pode mostrar ao vivo os acontecimentos, a utilização desse tempo verbal é apropriada. Porém, ao transformar o texto falado em texto escrito, o mais adequado seria alterá-lo para: “Fiscais do Procon fizeram hoje uma vistoria em algumas estações”. A presença do advérbio de tempo “hoje” reforça a ideia de que a reportagem aconteceu no dia da fiscalização, 30 de setembro de 2013, conforme consta acima da reportagem.

Pelo mesmo motivo exposto no parágrafo anterior, optou-se por modificar o tempo verbal “estão fazendo” em “as quatro equipes estão fazendo a inspeção para verificar a circulação” por “fizeram”.

Na imagem, apesar de ser um aspecto que não compromete a coerência do texto, pode-se observar a divergência na escrita do nome da empresa: está grafado com letra minúscula na matéria e, no lide, aparece com a primeira letra maiúscula. De acordo com o site da empresa (2014), a maneira correta é “SuperVia”.

O cargo “diretor de fiscalização”, de acordo com os manuais de redação da PUCRS e do Estadão (que defendem o uso de maiúsculas somente quando se tratar de altos cargos) e a Academia Brasileira de Letras<sup>4</sup>, deveria vir grafado em minúsculo. No entanto, como a redação de uma reportagem é regida pelo manual do jornal, e não por determinadas normas gramaticais, optou-se por não realizar qualquer alteração.

A presença do “ainda” em “Segundo ainda o Diretor de Fiscalização” é desnecessária, tendo em vista que a utilização desse advérbio configura uma continuação, ou seja, em algum momento anterior da reportagem, o diretor de fiscalização deve ter feito algum comentário e, agora, estaria dando continuidade à sua fala, o que não aconteceu. Caso a fala do diretor fosse, efetivamente, a continuação de uma fala anterior, o uso do advérbio constituiria um excelente recurso de coesão.

Mais um aspecto que provocou esse mesmo efeito foi a utilização do artigo definido “as”, em “as quatro equipes”. O artigo determinante dá a entender que são quatro equipes específicas, ou seja, equipes conhecidas, que, para assim serem, deveriam ter sido mencionadas anteriormente. O problema seria resolvido com a simples omissão do artigo, ou se, no caso, tivesse havido alguma menção anterior às equipes de inspeção.

No trecho “inspeção para verificar a circulação e possíveis atrasos das composições”, houve a quebra do paralelismo. Para mantê-lo, deveria haver a inclusão do artigo definido “os” antes da palavra “possíveis”. Assim, ficaria: “inspeção para verificar a circulação e os possíveis atrasos das composições”.

Outro comprometimento à coerência do texto pode ser encontrado no segundo parágrafo: “diversas irregularidades como acessibilidade a cadeirantes e não cadeirantes, portas abertas e janelas quebradas”. Nesse trecho, o repórter teve a intenção de enumerar três irregularidades: (1) acessibilidade a cadeirantes e não cadeirantes, (2) portas abertas e

---

<sup>4</sup> Através do recurso “ABL Responde”, no site [www.academia.org.br](http://www.academia.org.br), em 3 de julho de 2014, foi possível fazer a seguinte consulta: “Pergunta: O cargo ‘diretor de fiscalização do Procon’ se escreve com iniciais maiúsculas ou minúsculas? Resposta: Prezada, não é necessário grafar com maiúsculas”.

(3) janelas quebradas. Destas, apenas a terceira pode, de fato, ser considerada uma irregularidade; a segunda, em termos.

Em (1), não é a acessibilidade a cadeirantes e não cadeirantes que constitui irregularidade, mas, sim, a falta desta. Portanto, o correto seria, “a falta de acessibilidade a cadeirantes e não cadeirantes”. Dessa forma, (1) se configura como um erro de coerência, já que apresenta uma contradição.

Já (2) constitui uma irregularidade em termos, pois o mais adequado seria que a informação viesse da seguinte forma: “portas que não fecham” ou “portas que ficam abertas”. “Portas abertas”, mesmo no contexto de um trem, que deve circular com as portas fechadas, não alcança o mesmo nível semântico de “portas que não fecham” ao se referir a irregularidades. A presença do advérbio de negação reforça a ideia de que algo está fora do comum, que algo não está funcionando corretamente, ou seja, que as portas, que deveriam fechar, não fecham. Esta é, portanto, a melhor forma de se expressar o que foi pretendido pelo autor.

O item (3) é, claramente, uma irregularidade do transporte, visto que janelas quebradas não são — pelo menos não deveriam ser — padrão de transportes públicos.

Outro aspecto a ser mencionado é a grafia do numeral em “um milhão e 900 mil reais”. De acordo com o Manual de Comunicação da Secom (Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal), o mais adequado seria escrever “1 milhão e 900 mil reais”.

Devido à utilização da expressão “entre outras”, o correto é que antes do último item mencionado haja uma vírgula e não a conjunção “e”, já que a expressão não configura o item final da enumeração.

Feitas essas considerações, segue o texto com as alterações realizadas:

Fiscais do Procon fizeram hoje uma vistoria em algumas estações de trem da SuperVia, entre elas, São Cristóvão e Cascadura. Segundo o diretor de fiscalização, Fábio Domingos, quatro equipes fizeram a inspeção para verificar a circulação e os possíveis atrasos das composições.

No mês passado, a SuperVia foi multada em 1 milhão e 900 mil reais após terem sido constatadas diversas irregularidades como falta de acessibilidade a cadeirantes e não cadeirantes, portas que não fecham, janelas quebradas, entre outras.

Tudo foi constatado durante a Operação Via Crucis, quando os fiscais fizeram algumas viagens nos trens para listar os problemas enfrentados pelo consumidor.

A partir desses exemplos, foi possível notar a atuação do revisor para que o texto se torne o mais coerente possível, sem perder a intenção comunicativa.

Para finalizar, cabe citar Sophie Brissaud, em uma reflexão sobre o profissional de revisão de textos:

Para o revisor, o importante não é o que ele sabe, mas o que ele está consciente de não saber ou, pelo menos, não saber totalmente, e que por isso exige permanente verificação. [...] O revisor não lê como todos os demais homens leem, ele fotografa a palavra visualmente [...] O exercício da profissão do revisor pode ser descrito, perfeitamente, como uma “leitura angustiada”. O seu trabalho é, justamente, evitar que todos os outros seres humanos necessitem fazer essa leitura angustiada. (BRISAUD, 1998)

## 7 CONCLUSÃO

Durante o desenvolvimento deste artigo, foi possível verificar, a partir da apresentação dos fatores de textualidade descritos por Beaugrande & Dressler, que o revisor possui um importante papel para que um texto atinja seu principal objetivo de comunicar.

Após uma breve apresentação do objeto de trabalho do revisor, a saber o texto, foi abordada, de maneira igualmente breve, a textualidade.

Na seção seguinte, foram identificados os principais pontos que contribuem para configurar a textualidade de um texto: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade.

Em seguida, a intenção foi apresentar a função do revisor, bem como reforçar a sua importância para a construção de um texto coeso e coerente. Partindo da análise de alguns textos, enfatizou-se a questão dos fatores semântico-formais de textualidade, pois estes são considerados os principais aspectos a serem observados por esse profissional.

Este estudo configura-se como um ponto de partida para um aprofundamento posterior do tema. Apesar de o foco estar no revisor de textos, pode-se dizer que este trabalho é de grande valia para estudantes da área de Letras de maneira geral, principalmente os que se identificam com o estudo do texto, pois aborda, mesmo que de forma breve e concisa, os aspectos que o definem.

Por fim, é possível dizer que a elaboração deste trabalho trouxe grande acréscimo à especialização em Revisão de Textos. Isso porque permitiu que se fizesse um estudo maior da área da textualidade e dos fatores que a determinam. O principal acréscimo, no entanto, se refere ao reconhecimento do trabalho do revisor que, mesmo sendo comumente lembrado apenas quando um erro grita no texto, atua de maneira extremamente importante na construção de qualquer enunciado.

## REFERÊNCIAS

- ANITELLI, Fernando. **Xanêú** N° 5. 2008. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/o-teatro-magico/1281861/>>. Acesso em: set. 2015.
- BEAUGRANDE, Robert de; DRESSLER, Wolfgang. **Introduction to Text Linguistics**. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/127440992/105371243-Introduction-to-Text-Linguistics-Beaugrande-1-pdf>>. Acesso em: jan. 2015.
- BRISAUD, Sophie. **La lecture angoissée ou la mort du correcteur**. 1998. Tradução de Sandra Baldessin. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Revisor\\_de\\_textos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Revisor_de_textos)>. Acesso em: jun. 2015.
- BROWNE, Dik. Hagar, o horrível. Disponível em: <<http://tirashq.com.br/dik-browne/page/8/>>. Acesso em: jun. 2016.
- CAVALCANTE, Marina Pereira. **Os desafios da produção textual e a importância do revisor na análise de textos**. 2011. 72 f. Monografia (Bacharelado em Letras Português) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- COELHO NETO, Aristides. **Além da revisão: critérios para revisão textual**. 2. ed. Brasília: Editora Senac, 2008.
- COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e Textualidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- COSTA VAL, Maria da Graça. Repensando a textualidade. In: AZEREDO, J. C. (org.) **Língua Portuguesa em Debate: conhecimento e ensino**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 34-51.
- FERNANDES, Nohad Mouhanna. **O ensino / aprendizagem da produção textual na quinta série do ensino fundamental: análise do processo e do produto**. 1999. 222 f. Dissertação (Mestrado em Linguística aplicada na área de ensino/aprendizagem de Língua Materna Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1999. Disponível em: <[www.ple.uem.br/defesas/pdf/nmf Fernandes.pdf](http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/nmf Fernandes.pdf)>. Acesso em: fev. 2015.
- GRICE, H. Paul. Lógica e Conversação. In: DASCAL, Marcelo (org.). Vol. IV. **Pragmática - Problemas, críticas, perspectivas da Linguística** - Bibliografia. Tradução de João Vanderley Geraldi. Campinas: Unicamp, 1982. (Coleção Fundamentos Metodológicos da Linguística).
- GUIMARÃES, Elisa. **Texto, discurso e ensino**. São Paulo: Contexto, 2009.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss eletrônico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 3.0. [CD-ROM]. 2009.
- KOCH, Ingedore G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- KOCH, Ingedore G. V.. **Ler e Compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006
- KOCH, Ingedore G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- KOCH, Ingedore G. V.; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2015.

LOBATO, Monteiro. In: FREITAS, Thiago. **Meus erros dos outros**. Ago. 2010. Disponível em: <<https://thiagofreitas.wordpress.com/2010/08/16/meus-erros-dos-outros/>>. Acesso em: jun. 2016.

MANUAL de Comunicação da Secom. **Números**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/redacao-e-estilo/estilo/numero>>. Acesso em: fev. 2016.

MANUAL de Redação, PUCRS. **Maiúsculas**. Disponível em: <<http://pucrs.br/manualred/maiusculas.php>>. Acesso em: mar. 2015.

MARTINS, Eduardo. **Manual de Redação e Estilo**. Disponível em: <<http://area50.estadao.com.br/manualredacao/esclareca/maiusculaseminusculas.shtm>>. Acesso em: mar. 2015.

PROCON faz vistoria para verificar irregularidades nos trens. *GI*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/transito/noticia/2013/09/procon-faz-vistoria-para-verificar-irregularidades-nos-trens.html>>. Acesso em: set. 2014.

QUEM somos. Site da SuperVia. Disponível em: <<http://www.supervia.com.br/pt-br/empresa/quem-somos>>. Acesso em: set. 2014.

SANTOS, Rodrigo Maia Theodoro dos. **Procedimentos e Operações de Reconstrução Textual**. 2012. 136 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/14248/1/Rodrigo%20Maia%20Theodoro%20dos%20Santos.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

SIGNORINI, Inês (Org.); BENTES, Anna Christina (et al.). **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.